

Texto (Trabalho)

Autoria: MATE, Cecília Hanna (FEUSP)

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DE 32 COMO AMPLIAÇÃO DA POLÍTICA REFORMISTA

GT.: História da Educação

Nº do GT: 02

Utilizando como fonte principal as revistas de educação publicadas de 1930 a 33 pela Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, situamos alguns exemplos de diferentes dispositivos utilizados para administrar e reformar o ensino nas escolas, concentrando nossa atenção em torno de pontos como: discursos e entrevistas que fundamentavam novas medidas, a utilização de dados estatísticos para justificá-las, instalação de bibliotecas pedagógicas, a criação de funções pedagógicas de apoio ao professor, reformulação de programas de ensino, reorganização dos espaços escolares, horários e normas disciplinares etc. Ao acompanhar os desdobramentos de tais medidas no contexto de São Paulo, fomos apreendendo que esse conjunto de ações ganhava cada vez mais detalhes¹, sintetizando-se na publicação do *Manifesto*, documento que se projetou para a nação.

Publicado na revista *Educação* (jan./fev./mar. 1932), o *Manifesto* circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes para uma política de educação. O *Manifesto dos Pioneiros de 1932*, denominação pela qual ficou conhecido, trazia como subtítulo *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*. Sua origem e destino foram de alcance nacional, pois na abertura da IV Conferência Nacional de Educação, realizada pela ABE (Associação Brasileira de Educação) em dezembro de 1931, pedia-se “a elaboração de um documento em que fosse definido o ‘sentido pedagógico’ da Revolução de 1930, conforme solicitação feita pelo próprio Chefe do Governo” (LEME, 1988, p.113). A solicitação havia sido feita pessoalmente por Getúlio Vargas junto a Francisco Campos,

¹Exemplo dos mais emblemáticos destes detalhes foi amalgamado na forma do *Código de Educação de 1933*, publicado na *Revista de Educação* de junho/1933 sob a orientação de Fernando de Azevedo, então Diretor do Departamento de Educação do Estado de São Paulo (nova denominação para a Diretoria Geral do Ensino).

representante do Ministério da Educação e Saúde, criado um ano antes (4/11/1930).² Apesar das divergências políticas internas da ABE e dos conseqüentes conflitos provocados por tal pedido, um grupo se articulou dentro da Associação, e após dois meses o documento foi lançado (WARDE, 1982).³ O texto está bem claramente matizado por idéias defendidas pelos *renovadores*, muitas das quais já presentes nas *reformas* dos anos 20, o que indica predominância daquela tendência no referido documento.

Com tal percepção, situamos os vários fios de ligação entre as *reformas* dos anos 20, a *Reforma de 1931* e o *Código de Educação de 1933*, como partes de um projeto de educação que encontrou no *Manifesto de 32* sua representação nacional. A publicação do *Manifesto* foi feita pela Companhia Editora Nacional, iniciada com um texto introdutório de 22 páginas assinado por Fernando de Azevedo⁴. Esta publicação traz no final um *apêndice* onde se encontram os dados biográficos dos 26 signatários e várias apreciações sobre o documento feitas através de jornais (do Rio de Janeiro e de São Paulo) e de meios oficiais. Pode-se dizer que o traço comum entre a maioria dos signatários do *Manifesto* era o fato de exercerem função ligada ao magistério. Foram diretores da Instrução Pública do Ensino, além de Sampaio Dória (São Paulo), Fernando de Azevedo (DF), Lourenço Filho (São Paulo) e Anísio Teixeira (Bahia), também Afrânio Peixoto (DF) e Mário Casassanta (Minas Gerais). Os demais tinham, ou naquele momento ou anteriormente, atividades ligadas ao ensino em Escolas Normais, Colégio D. Pedro II ou ensino superior. As tendências políticas variavam: Paschoal Leme, Roldão Lopes de Barros e Hermes Lima tinham aproximações

² O Ministério da Educação e Saúde é o primeiro a ser criado pelo Governo Provisório, seguido, no mesmo mês, pelo Ministério do Trabalho (28/11/1930). Assim, educação e trabalho, que já vinham recebendo atenção de diferentes autoridades através de vários projetos ligados à reorganização das relações de trabalho e à introdução de novas formas de organizar a escolaridade, passam agora a ser administrados *racional* e politicamente pelo novo governo.

³ O *Manifesto de 32* é um documento que foi discutido também por autores como, além de M. WARDE, P. GUIRALDELLI JR., 1991, O. ROMANELLI, 1987; L. A. CUNHA, 1994; C. R. J. CURY, 1986 e outros. Em geral, os autores analisaram o *Manifesto* a partir da lógica do próprio documento. Nossa perspectiva procurou concentrar-se no sentido da modernização que propunha e na convergência de poderes que reuniu em torno da educação como questão nacional.

⁴ As fontes que consultamos afirmam que F. Azevedo é o autor do *Manifesto*. Porém, L. A. CUNHA (1994, p.132) coloca isso em dúvida, uma vez que a *tendência elitista* de F. Azevedo, segundo o autor, conflitava com o teor *igualitarista* do texto do *Manifesto*. Embora não seja nossa intenção minimizar o problema, não nos ateremos a tal polêmica, mesmo porque apreendemos questões no documento que nos pareceram mais inquietantes.

com tendências socialistas, segundo alguns autores. A maioria, porém, mostrava-se identificada às idéias propostas pelo liberalismo. Anísio Teixeira, por exemplo, foi bastante influenciado pelo modelo do liberalismo norte-americano, com o qual conviveu quando discípulo de John Dewey, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, nos finais dos anos 20. Já Lourenço Filho acabou acompanhando e participando diretamente do processo político que culminou com a ditadura varguista em 1937. A frase de sua autoria escrita em dezembro de 1937, “*O Estado Nacional está feito; façamos agora os cidadãos do Novo Estado*”, é reiterada em sua conferência para a Escola do *Estado Maior do Exército* em 1939, cujo título era “*Educação e Segurança Nacional*” (LOURENÇO FILHO 1940, p.109)⁵.

O texto veiculado na revista *Educação* referente ao *Manifesto*⁶ não traz nem a parte introdutória de Fernando de Azevedo (que só apareceu no volume publicado em dez./32), nem os nomes de Paschoal Leme e de Raul Gomes como signatários⁷. Outro ponto que merece comentário é quanto às apreciações feitas pela imprensa: a revista *Educação* publicou aquelas que traziam teor crítico ao documento⁸, sendo a maioria vinda de defensores do ensino religioso que, temerosos de perder certa hegemonia em relação à educação, se opunham aos *renovadores* ao atacar a “laicidade” proposta pelo *Manifesto*.⁹

Porém, é preciso dizer que ao mesmo tempo que a revista *Educação* transmite tal ambigüidade em relação ao *Manifesto*, por outro lado faz circular neste mesmo volume

⁵ Ainda na mesma página, diz Lourenço Filho: “*Enfim, a Constituição de 1937 viria dar corpo às aspirações de maior unidade política, econômica e espiritual da Nação. E não poderia ter esquecido, como não esqueceu, as necessidades educativas do país.*” (idem, p.109).

⁶ A revista não traz o título *Manifesto*, mas somente *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*.

⁷ Não apuramos a razão desta ausência; apenas confirmamos que Paschoal Leme foi um dos últimos a assinar o documento seguido de Raul Gomes (isto se dá em março/1932), o que, de qualquer modo, não explica o fato.

⁸ As opiniões críticas publicadas em *Educação* não constavam no documento oficial; este só reproduziu opiniões favoráveis veiculadas a esse respeito pela imprensa.

⁹ Isso pode fazer supor certa ambigüidade da revista em relação ao *Manifesto* e aos *renovadores*, uma vez que Sud Menucci, nesta fase responsável pela Direção Geral do Ensino paulista e portanto pela revista, demonstrava não compartilhar de todas as propostas dos *renovadores*, além de não aparecer entre os signatários do documento. Esse fato, embora não tenha grande relevância nesse trabalho, indica conflitos e diferenças entre aqueles que participaram de alguma forma das reformas pedagógicas dos anos 20/30.

artigos cuja tendência pedagógica era defendida pelos *renovadores*. Eis alguns exemplos: “Alguns aspectos da educação moderna” de J.Dewey (p.112); “Iniciação na leitura e boa escrita” de Decroly (p.135); “Finalidade e organização das bibliotecas escolares” de L. Luzuriaga (p.181). Traz também artigo de J. R. Escobar intitulado “Programas do curso primário” (p.140), que trata de programas aplicados nas escolas públicas do Estado de Pernambuco, que, segundo nota da *revista*, foram organizados pelo autor quando de uma remodelação do ensino que dirigiu. O referido artigo transcreve várias orientações que eram dadas ao professor para diferentes aspectos da aprendizagem. Chamou-nos a atenção orientações que carregavam muitas das indicações sugeridas na revista *Escola Nova* sobre o tema da Saúde na gestão de Lourenço Filho. Por exemplo, quando o autor descreve o funcionamento do que chamava *Diário de Higiene*:

“É uma ficha, sob a guarda da professora, visadas mensalmente por esta, pelo diretor e pelo médico, escolar. Todos os dias o aluno marcará, no quadrinho correspondente, os deveres que tiver cumprido, dizendo sempre a verdade.

Lavei a mão e o rosto ao acordar; -tomei um banho com água e sabão;-fiz uma evacuação intestinal;-brinquei mais de meia hora ao ar livre;-não beijei, nem me deixar beijar;-não menti, nem brincando”¹⁰ (p.179).

Por aí percebe-se que muitas das prescrições que haviam sido sistematizadas através da revista *Escola Nova* em São Paulo estavam, também, sendo incorporadas em conteúdos de outros programas de ensino.

Entendemos que todos estes destaques nos ajudam na discussão do *Manifesto de 32*, pois mostram que este não veiculava um discurso isolado e sem ressonância nas reformulações pedagógicas que estavam ocorrendo. Pelo contrário, podemos analisá-lo dentro de uma política de mudanças de hábitos e costumes através da escola e da qual a revista era portadora e produtora.

¹⁰ Reproduzimos apenas alguns itens mais chamativos, mas no total são 22 itens.

Assim, a leitura do *Manifesto de 32* revela muitos pontos que os *reformadores* defendiam para a educação como resposta para o mundo em transformação. O texto introdutório aponta que a *indisciplina social e mental*, manifestação “da crise tremenda que atravessa a civilização” (p.9), tenderia aqui a agravar-se:

“Ora, num povo ainda em formação como o nosso, sem lastro de tradições e de cultura, e constituído de grupos sociais, móveis e dispersos, sem coesão e sem vida coletiva, a ‘indisciplina social e mental’, que caracteriza a nossa época, tinha a agravar-se sob a pressão dessas condições particulares.” (p.13).

Em vista *dessas condições particulares*, defendia-se uma proposta pedagógica com base em conceitos de progresso e desenvolvimento que influiriam na formação uniforme das mentalidades. Para enfrentar as fortes influências dessas *particularidades* seria necessário, segundo os *renovadores*, definição nítida do papel da escola na sociedade. Essa idéia encontra-se assim formalizada:

“Mas, essa consciência largamente compreensiva da multiplicidade dos fatores sociais que intervêm no desenvolvimento da criança, ‘socializando-a progressivamente’, por isso mesmo que dá uma noção nítida do papel da escola na sociedade, cria a consciência da necessidade de se alargar continuamente o campo da escola (das influências diretas ou mediatas), para contrabalançar as que se exercem fora de toda a intervenção consciente dos órgãos especiais de educação.” (p.27).

O texto de introdução deixava claro que elaborar um programa completo de reconstrução educacional implicava uma tarefa de intervenção de elites tecnicamente preparadas para isso, ou seja, *órgãos*, (ou grupos) *especiais de educação* (p.24).

O *Manifesto* propriamente dito trazia o título *A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*, do qual fizemos uma leitura estabelecendo alguns significados históricos de seu discurso com as *reformas* e seus correspondentes dispositivos. A parte inicial traz algumas considerações sobre diretrizes e finalidades da educação. Primeiro lembra que a educação era problema nacional ao constatar que

“não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país.” (p.33).

O problema era atribuído à falta de determinação dos fins da educação e da aplicação dos métodos científicos aos problemas da educação. “À luz dessas verdades” o grupo de *renovadores* registra sua memória, ao afirmar que “um grupo de educadores, nestes últimos doze anos” pretendeu “transferir do terreno administrativo para os planos político-sociais a solução dos problemas escolares.” (p.37). Referiam-se ao período de reformas de 1920 em diante e aos desdobramentos que gerou:

“multiplicaram-se as associações e iniciativas escolares(...)pondo em circulação novas idéias e transmitindo aspirações novas com um caloroso entusiasmo.” (p.37).

Nesse aspecto seria oportuno lembrar discussão que fizemos em outro lugar sobre as reformas e assinalar os vários dispositivos criados a partir delas, como as *Associações periescolares*, o uso dos periódicos, o cinema educativo, os testes pedagógicos, os programas escolares, enfim, as várias “iniciativas escolares pondo em circulação novas idéias”...

No item “Diretrizes que se esclarecem”, o *Manifesto* “esclarece” o papel e a necessidade de direcionar a efervescência intelectual gerada no professorado, a partir do *movimento renovador*, que, incutido do gosto pela crítica e pelo debate, precisava ser conduzido por caminhos definidos:

“A maioria dos espíritos, tanto da velha como da nova geração ainda se arrastam, porém, sem convicções, através de um labirinto de idéias vagas, fora de seu alcance, e certamente acima de sua experiência; e, porque manejam palavras, com que já se familiarizaram, imaginam muitos que possuem as idéias claras, o que lhes tira o desejo de adquiri-las(...) Era preciso, pois, imprimir uma direção cada vez mais firme a esse movimento já agora nacional, que arrastou consigo os educadores de mais destaque, e levá-los a seu ponto culminante com uma noção clara e definida de suas aspirações e suas responsabilidades...”(p.38, sublinhado nosso)

Sobre o conteúdo do trecho acima, dois pontos merecem comentários. Um deles é seu propósito explícito de definir as diretrizes para um movimento que parecia fugir ao controle de definições previamente traçadas. Com isso revelava-se a preocupação dos *renovadores* de *imprimir uma direção* a um movimento que poderia tomar diferentes e múltiplos rumos. Outro ponto que destacamos para reflexão está na urgência, demonstrada pelos signatários do texto, em organizar nacionalmente e dar legitimidade a projetos *renovadores* que atuavam até então circunscritos aos estados. Esses dois pontos expressam linhas de pensamento bastante coincidentes com tendências conservadoras: tanto por deixarem entrever fortes desconfianças nas formas de apropriação, pelos professores, dos novos debates e idéias, como por padronizarem seus projetos estendendo-os da forma mais abrangente possível. Atendendo ao pedido de formular uma política educacional para a nação o texto ainda afirma que:

“(...)o nosso programa concretiza uma nova política educacional, que nos preparará, por etapas, a grande reforma, em que palpitará, com o ritmo acelerado dos organismos novos, o músculo central da estrutura política e social da nação” (p.39).

Como preocupação apresentada desde o início do discurso do *Manifesto*, os fins da educação deveriam ser definidos em função das mudanças econômicas e sociais. Assim, criticando a “educação tradicional”¹¹ como verbalista e dirigida a uma classe social economicamente privilegiada, portanto presa aos interesses de classe, o *Manifesto* em contrapartida diz que:

“(a educação) deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um ‘caráter biológico’, com que ela se organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo o indivíduo o direito a ser educado até onde o permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social.” (p.42).

¹¹ Conceito criado e reforçado pelos *renovadores* para destacar seu ideário, deve ser usado com cuidado, pois a memória das experiências existentes neste período não foi suficientemente registrada para que se possa avaliar seu peso. O fato é que o movimento renovador assim se intitulou e se consagrou como tal pela incorporação de vários conceitos que circulavam interna e externamente, diluindo suas origens e significados e utilizando-os em projeto político próprio.

Partindo da idéia da *aptidão natural* latente nos indivíduos, o documento afirma que a *educação nova* prepararia a “hierarquia democrática” através da “hierarquia das capacidades”, ou seja, todos teriam as mesmas oportunidades, diferenciando-se pelas capacidades (*aptidões*). Tais capacidades precisariam ser desenvolvidas, cabendo então aos espaços escolares *renovados* potencializar as *aptidões naturais* intrínsecas a cada um. A *escola tradicional* baseada nos “interesses de classe” e na disciplina exterior deveria ser substituída pela *escola nova*, pedagogia pela qual a aquisição da disciplina interior (*autodisciplina*) seria obtida pela organização do ambiente pedagógico de modo a estimular o desenvolvimento das *aptidões*. Para isso, os espaços escolares deveriam ser *racionalmente* organizados de modo a alcançar o máximo de eficiência nos seus resultados: autodisciplina, autocontrole, desenvolvimento das aptidões direcionadas às *novas necessidades do mundo moderno*.¹²

Tomando o *Manifesto* em suas linhas gerais, encontramos grandes temas que o alinhavam compondo um conjunto. No primeiro deles, *O estado em face da educação*, aborda-se a *função essencialmente pública* da educação, função social a ser realizada pelo Estado *com a cooperação de todas as instituições sociais* (p.45). A perspectiva social explicitada em muitas das justificativas de intervenção operadas pelos *renovadores*, qual seja, a necessidade de reforma moral e social através da educação, permite perceber que só ao Estado caberia tarefa com tais dimensões. Aborda-se também *A questão da escola única*, voltada aos que se encontram “*em condições de inferioridade econômica*” (p.47). Neste caso, manter-se-iam as instituições privadas *idôneas* e a *escola única* se estenderia como escola oficial, única, em que todas as crianças de 7 a 15 anos teriam uma educação comum, igual para todos. Ainda neste tema, é colocada a questão da *laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação*, sendo que a defesa da *laicidade* “*que coloca o ambiente escolar acima das crenças e disputas religiosas*” (p.48) teria sido a questão mais polêmica do *Manifesto*, segundo a maioria dos estudos sobre o assunto, que com tal afirmação acabaram por reforçar a idéia de ruptura dos *renovadores* com a ordem *tradicional*. Esta interpretação se respalda no fato de que o *monopólio* das idéias pedagógicas pelos católicos

¹² Termo freqüentemente encontrado em vários autores representativos do ideário escolanovista.

teria sofrido um abalo com a publicação do *Manifesto*, o que não deixa de ser real, uma vez que a perspectiva da gratuidade e obrigatoriedade do ensino vinculou-o ao Estado, única instância em condições de assumir sua extensão. Mas, examinando a proposta de reorganização escolar dos *renovadores* sob vários ângulos, foi possível apreender modernizações técnico-pedagógicas cujo sentido estaria mais na preparação e adaptação do indivíduo ao novo modelo social, através de formas modernas e cientificamente previsíveis de aprender, e menos no enfrentamento de modelos pedagógicos, em que alunos são objetos de aprendizagens e professores podem ser treinados para tal.

Outro tema, *A função educacional*, dizia que o princípio unificador na educação deveria basear-se na seleção dos alunos pelas suas *aptidões naturais*. Ou seja, todas as escolas oficiais garantiriam o desenvolvimento pleno dessas *aptidões*. Lembramos que as revistas de educação publicadas em São Paulo e analisadas até aqui traziam várias sugestões de testes para seleção de classes já com esse objetivo. Dentro do mesmo tema, defendia-se a *autonomia da função educacional*, isto é, que a educação fosse preservada dos interesses transitórios do Estado, assegurando a *unidade e eficácia* do sistema de ensino,

“*daí a necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores(...) tenham assegurado os meios materiais para poderem realizá-la*” (p.51).

O tema é concluído com a discussão da descentralização. “*Unidade não significa uniformidade*”: com estas palavras, o *Manifesto* afirma que unidade seria manifestação de “*uma força viva, um espírito comum, um estado de ânimo nacional,(...) de intercâmbio, solidariedade e cooperação...*” (p.52). O que se defendia era a unidade de objetivos inspirados pelo *princípio unificador...*

Outro tema abordado é *O conceito e os fundamentos da educação nova*, através do qual é explicitado o conceito funcional da educação. Neste sentido, o texto diz que deveria haver uma adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do aluno, tendo em vista sua melhor inserção na ordem social. Assim,

“A escola nova tem de obedecer a esta lei, deve ser reorganizada de maneira que o trabalho seja seu elemento formador, favorecendo a expansão das energias criadoras do educando, procurando estimular-lhe o próprio esforço como o elemento mais eficiente em sua educação e preparando-o com o trabalho em grupos e todas as atividades pedagógicas e sociais, para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade de que proveio e em que vai viver e lutar” (p.55).

Esse longo trecho mostra que a *escola nova* deveria modernizar-se no sentido de preparar efetivamente o indivíduo para a sociedade. Para isso, os suportes da biologia e da psicologia davam aos *renovadores* os fundamentos para defender um ensino que buscasse maiores e melhores condições de conhecer os sujeitos da aprendizagem e prever suas reações. Neste sentido, retomamos KILPATRICK (1964), que dizia:

“(…)cada vez mais, a autoridade externa, como em tudo o mais vai cedendo espaço à autoridade interna” (p.57).

Ou J.Dewey (1940):

“Sabemos que sem essa compreensão da individualidade do aluno, só por acidente conseguirá o mestre que as matérias de estudo e os métodos de instrução se integrem no aluno de modo a efetivamente dirigir-lhe o desenvolvimento da mente e do caráter.” (p.61).

Parecia tratar-se de subordinar os processos mentais às chamadas *necessidades sociais...*

Os últimos temas são *A unidade de formação de professores e a unidade de espírito; O papel da escola na vida e sua função social; A democracia – um programa de longos deveres* (p.45 a 74). Sobre o primeiro, diz o *Manifesto* que a preparação dos professores em todos os graus é descuidada. Defende que todos devem Ter formação universitária e esta é não só uma necessidade educativa, mas também de criação de aspirações e ideais comuns.

Ou seja,

“(…)não se poderá estabelecer uma função educativa unitária da mocidade, sem que haja unidade cultural naqueles que estão incumbidos de transmiti-la.” (p.67).

Assim, para a viabilização do projeto de educação nacional em questão a formação do professor deveria ser unificada em seus princípios – seria a *unidade de espírito*.

Quanto ao *papel da escola na vida e sua função social*, o documento expõe qual deveria ser o papel da escola naquele momento. Analisando a forte influência “*da pluralidade e diversidade das forças que concorrem ao movimento das sociedades*” (p.69), ou seja, das diversidades culturais que se manifestavam nos diferentes modos de convivência social, o texto aponta a necessidade de reorganização da estrutura escolar para superar suas limitações diante de tal fato. Para isso, defendia a incorporação, pelos sistemas escolares, das instituições *periescolares*, estendendo o *projeto transformador* da escola para além de seus muros, atingindo, assim, as famílias, alvo tão importante para os *renovadores*:

“*Cada escola, seja qual for o seu grau (...) deve, pois, reunir em torno de si as famílias dos alunos, estimulando e aproveitando as iniciativas dos pais em favor da educação...*”
(p.69).

Sobre essa questão ainda é afirmado que, além de *concentrar a ofensiva educacional* sobre a família e outros núcleos sociais, a escola deveria, também, utilizar recursos “*como a imprensa, o disco, o cinema e o rádio (que) em face das condições geográficas e da extensão territorial assumem uma importância capital*” (p.70).

Finalmente, o *Manifesto* traz como último tema *A democracia – um programa de longos deveres*, onde diz que diante de possíveis e prováveis críticas “*daqueles que persistem em manter a educação no terreno de uma política empírica*”, a política educacional proposta pelos *renovadores* traz idéias “*estruturalmente científicas e humanas*” e que estas “*tem caráter universal*” (p.72). Diz, então, que é preciso tempo para que as *novas doutrinas* modifiquem, no magistério e na sociedade em geral, os pontos de vista e as atitudes em face do problema educacional.

Em seus últimos parágrafos e confirmando o tom de “Manifesto” dado ao título, encontramos dizeres que atribuem ao grupo signatário do documento *uma missão a cumprir*, ao formular o seguinte trecho:

“insensíveis à indiferença e à hostilidade, em luta aberta contra preconceitos e prevenções enraizadas, caminharemos progressivamente para o termo de nossa tarefa, sem abandonarmos o terreno das realidades, mas sem perdermos de vista os nossos ideais de reconstrução do Brasil, na base de uma educação inteiramente nova.” (p.72).

Além do que já assinalamos, ou seja, que os pontos defendidos no *Manifesto* reuniram de forma sistematizada as mudanças introduzidas pelas reformas dos anos 20, seu exame permitiu-nos refletir em torno de outras questões derivadas do nosso tema. Uma delas está em que, ao atribuir-se a *missão* de reconstruir o Brasil através da renovação da educação, o *Manifesto* projeta seus autores como arautos de tal tarefa. Porém, entendemos que esse discurso pode carregar também outros sentidos como o de aglutinador de anseios, experiências, desejos e movimentos que, sem uma direção única, localizados e circunscritos a pequenos grupos, poderiam concorrer para diferentes projetos de escola. Neste sentido, ao transmitir um discurso único e preponderante, o *Manifesto* estaria obscurecendo outras possibilidades e, ao mesmo tempo, projetando-se como iniciativa “*pioneira*”, denominação, se quisermos, bastante reveladora desta suposição.

Outra questão que nos ocorreu com o exame do *Manifesto* é que muitos autores consideram otimismo exagerado dos *renovadores* o fato de depositarem na educação grandes poderes de transformação social.¹³ Caminhando em outra direção, diríamos que, acompanhando as várias intervenções administrativas e pedagógicas efetuadas nos espaços escolares, além dos registros deixados sobre esses feitos e o material pedagógico veiculado durante a década de 20 e início de 30 por representantes daquela tendência, foi possível refletir sobre o lugar histórico da escola naquele momento. Resignificada como instrumento de reforma moral da sociedade, a escola torna-se importante espaço de experimentos e estudos, onde novas teorias são testadas na busca das formas mais eficientes de aquisição

¹³ Ver a título de exemplo ROMANELLI (1978, p.146), uma das estudiosas do tema que faz tal consideração.

dos desejáveis e pretendidos comportamentos e hábitos. Neste sentido, diríamos que os espaços escolares foram redescobertos como potenciais *modernizadores* da sociedade, de modo que, ao traçarem e defenderem uma política educacional para o país, os *renovadores* demonstraram sintonia e envolvimento com interesses sociais determinados e entenderam que a pretendida *racionalização* das práticas sociais passariam pela reorganização das práticas escolares.

* * *

A revista *Educação* continuou sendo publicada até dezembro de 1932 totalizando oito números. Os artigos continuaram dando destaque aos assuntos ligados à necessidade da educação sanitária, à gratuidade do ensino, ao cinema educativo, à educação física e a artigos de autores representantes do pensamento escolanovista, como H. Piéron, J. Dewey, O. Decroly, E. Claparède, mesclados com outros mais ligados diretamente a problemas pedagógicos imediatos: alfabetização, importância da leitura, organização de mapas. Também em relação a este período, encontramos vários artigos que defendiam a laicidade do ensino, chegando um deles (“A escola leiga”, out./nov. 1932, p.27) a confrontar as posições do Presidente Getúlio Vargas com as do Ministro Francisco Campos, já que este último mostrava-se favorável ao ensino religioso nas escolas públicas e Vargas apoiava o ensino leigo. Neste mesmo número, aparece artigo sobre a história da bandeira (“A bandeira nacional”, p.37), dando explicações minuciosas de cada detalhe (cores, estrelas, dizeres), acompanhadas de várias ilustrações. Dentro do período aqui analisado, não tínhamos ainda localizado nenhum número com ilustrações da bandeira nacional. O último número de *Educação* (dez./1932) traz a publicação de artigo de Fernando de Azevedo com o título “Velha e nova política de educação (a mensagem dos educadores)” (p.12), que se trata, na realidade, do texto introdutório do *Manifesto*, origem a que nem o autor nem a revista fazem referência.¹⁴

Os demais artigos persistem na abordagem de temas relacionados à higiene “*um dos pontos mais descuidados no ensino*” (p.45); à defesa da educação regeneradora empenhada “*em*

dar à pátria gerações de homens são de corpo e espírito, probos, instruídos, trabalhadores(...) e que a imagem da pátria esteja sempre presente” (p.56); aos serviços da “psicologia aplicada”, “*que visa racionalizar o trabalho escolar*” encaminhando as atividades escolares “*de acordo com as aptidões, (colocando) cada indivíduo em seu verdadeiro lugar(...), servindo não só à sociedade, como a todos que a constituem.*” (p.57); à educação física na escola como meio de dirigir os centros automáticos do corpo “*e submetê-los ao domínio dos centros psíquicos, ao controle da vontade, corrigindo e disciplinando nossos hábitos*” (p.103). De modo geral, os temas privilegiados pelos projetos *renovadores* aparecem em maior quantidade no último número de *Educação*.

Num sentido mais amplo, vale insistir no fato de que esses temas já vinham ocupando os espaços das revistas de educação paulistas, primeiramente nos finais da década de 20 (de forma mais tímida), depois com Lourenço Filho (de forma mais expressiva e quase exclusiva); com Sud Menucci apresentam-se com menos ênfase, para reaparecer nos últimos números de *Educação* com mais força.¹⁵

Afinal, o sentido de privilegiarmos o *Manifesto de 32* em nossa pesquisa se prende ao elo que sua divulgação significou entre o discurso que se expandiu e se traduziu em reformas dos anos 20 e a política nacionalizante dos anos 30. O *Manifesto* buscou amalgamar as idéias dos renovadores em um documento de força retórica e projeção política que garantisse as estratégias de reformar a educação para uma nova sociedade, administrando-a a partir de um projeto nacional.

¹⁴ A única informação que aparece sobre o artigo é que se refere a conferência pronunciada em 29/novembro/1932 no Instituto “Caetano de Campos”, portanto quase um ano após o mesmo texto ter sido publicado, pela Cia. Editora Nacional.

¹⁵ Na fase em que esses números abrem maior espaço para textos com a tendência *renovadora*, a Direção Geral de Ensino estava com João Toledo (de maio a outubro de 1932), sucessor de Sud Menucci e que faria parte em 1933 da comissão responsável por algumas partes da redação do *Código de Educação de 1933*, realizado na gestão de Fernando de Azevedo.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando de. *Educação na Encruzilhada –problemas e discussões* São Paulo Editora Melhoramentos, 1960

_____. *Molde Nacional e Forma Cívica: higiene, moral e trabalho na ABE (1924 a 1931)*. São Paulo: FEUSP, 1986 (Tese de doutoramento)

CATANI, Denice B. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. São Paulo: FEUSP, 1989 (Tese de doutoramento)

CHAUÍ, Marilena. História a contrapelo (prefácio). In DECCA, Edgar S.de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986

CUNHA, Luis A. Educação e classes sociais no Manifesto de 32: perguntas sem resposta. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, 1994

CURY, Carlos R.J. Comemorando o “Manifesto de 32”, *Educação e Sociedade*. São Paulo, n.12, 1982

DEWEY, John. *Experiência e educação*. Trad. Anísio Teixeira. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1940

EDUCAÇÃO. Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo. V.6, n.1/2/3, jan./fev./mar.1932

_____. v.10, n.10/11, out./nov. 1932

_____. V.11, n.12, dez. 1932

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador (uma história dos costumes)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

FINKELSTEIN, Barbara. Incorporando as crianças a história da educação. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n.6, 1992

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 5ªEd. Petrópolis: Vozes, 1984

_____. *Verdad y formas jurídicas*. Barcelona: Gedisa, 1980

GUIRALDELLI Jr., Paulo. *Pedagogia e Luta de Classes no Brasil*. Ibitinga(SP): Humanidades, 1991

KILPATRICK, Willian H. *Educação para uma civilização em mudança*. Trad. Noemy Silveira, 12ª ed., São Paulo: Melhoramentos, 1964

LEME, Paschoal. *Memórias*. São Paulo: Cortez, 1988. v.1 e 2

- MATE, Cecília Hanna. "A instituição escolar como higienizadora dos anos 20" in *Cultura Histórica em Debate*. (org.) Zélia Lopes da SILVA, São Paulo: Ed.Unesp, 1995
- POPKEWITZ, Thomas S. *Reforma educacional: uma política sociológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997
- REVISTA DE EDUCAÇÃO. Órgão do Depto. De Educação do Estado de São Paulo, n°2, junho/1933
- ROMANELLI, Otaiza O. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1987
- SILVA, Tomaz T. da (org.) *Sujeito da Educação (estudos foucaultianos)*. Petrópolis: Vozes, 1994
- VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In COSTA, M. Vorraber (org.) *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1996
- WARDE, Mirian. O Manifesto de 32: reconstrução educacional no Brasil. Revista *ANDE*, São Paulo, n.5, 1982